

## Maria da Penha nas Escolas: educação jurídica e direitos das mulheres

*Maria da Penha nas Escolas: legal education and women's rights*

Fernanda Andrade Almeida<sup>1</sup>

Laura Ligia Lara Vieira<sup>2</sup>

Lais Naomi Sardelli Samezima<sup>3</sup>

Júlia Vasques Ribeiro<sup>4</sup>

Ludmila Dias Passos<sup>5</sup>

Emelly Pereira Riker<sup>6</sup>

**Resumo:** O Maria da Penha nas Escolas desenvolve-se como um projeto de Educação Jurídica Popular voltado para estudantes do 8º e do 9º ano do Ensino Fundamental de escolas municipais da cidade de Macaé, Rio de Janeiro. A ação extensionista tem como objetivo desenvolver atividades que abordem a temática da violência doméstica e a Lei Maria da Penha nas escolas municipais macaenses. Parte-se aqui da ideia da informação como uma ferramenta importante para o acesso à justiça e para a garantia de direitos. No caso específico de questões de gênero, compreende-se que a disseminação desses saberes é fundamental para o avanço na luta por igualdade de direitos bem como para a redução da violência doméstica e para a ampliação da presença de mulheres nos espaços de poder e de decisão. O projeto conta com a parceria da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de Macaé, por meio do Centro Especializado de Atendimento à Mulher Pérola Bichara Benjamim (CEAM) de Macaé, e da Secretaria Municipal de Educação de Macaé (SEMED). O projeto está vinculado ao

<sup>1</sup> Doutorado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF). Professora do curso de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF, campus Macaé). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito das Mulheres (NUPEDIM/UFF). E-mail: [faalmeida@id.uff.br](mailto:faalmeida@id.uff.br).

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF, campus Macaé). Bolsista de Extensão do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito das Mulheres (Bolsa PROEX/UFF 2023). E-mail: [laural@id.uff.br](mailto:laural@id.uff.br).

<sup>3</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF, campus Macaé). Extensionista do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito das Mulheres (NUPEDIM/UFF). E-mail: [naomi\\_lais@id.uff.br](mailto:naomi_lais@id.uff.br).

<sup>4</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF, campus Macaé). Extensionista do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito das Mulheres (NUPEDIM/UFF). E-mail: [jvasques@id.uff.br](mailto:jvasques@id.uff.br).

<sup>5</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF, campus Macaé). Extensionista do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito das Mulheres (NUPEDIM/UFF). E-mail: [ludmilapassos@id.uff.br](mailto:ludmilapassos@id.uff.br).

<sup>6</sup> Graduanda do curso de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF, campus Macaé). Extensionista do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito das Mulheres (NUPEDIM/UFF). E-mail: [emellyriker@id.uff.br](mailto:emellyriker@id.uff.br).

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito das Mulheres (NUPEDIM) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

**Palavras-chave:** direitos das mulheres; Lei Maria da Penha; educação jurídica popular.

**Abstract:** Maria da Penha nas Escolas is a Popular Legal Education project that targets students in the 8th and 9th year of elementary school in municipal schools in the city of Macaé, Rio de Janeiro. The extension action objective is to develop activities that raise awareness of domestic violence and the Maria da Penha Law in Macaé municipal schools. It starts from the idea that information is an important tool for access to justice and guaranteeing rights. In the specific case of gender issues, it is understood that the dissemination of this knowledge is fundamental for advancing the fight for equal rights, as well as for reducing domestic violence and increasing the presence of women in spaces of power and decision-making. The project is in partnership with the Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de Macaé, through the Centro Especializado de Atendimento à Mulher Pérola Bichara Benjamim (CEAM) de Macaé - and the Secretaria Municipal de Educação de Macaé (SEMED). The project is linked to the Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito das Mulheres (NUPEDIM) at the Universidade Federal Fluminense (UFF).

**Keywords:** women's rights; Maria da Penha Law; popular legal education.

## 1 INTRODUÇÃO

O projeto Maria da Penha nas Escolas representa uma das ações desenvolvidas pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito das Mulheres (NUPEDIM), Programa de Extensão da Universidade Federal Fluminense (UFF), *campus* Macaé, Rio de Janeiro. A ação extensionista, iniciada no ano de 2019, caracteriza-se por visitas a escolas do município fluminense, nas quais são articuladas atividades práticas e teóricas, visando a uma maior conscientização de alunos de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental acerca da violência doméstica contra a mulher. O Projeto é realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de Macaé, por meio do Centro Especializado de Atendimento à Mulher Pérola Bichara Benjamim (CEAM) de Macaé, e da Secretaria Municipal de Educação de Macaé (SEMED).

No ano de 2022, apenas no primeiro semestre<sup>7</sup>, foram registradas 31.398 denúncias e 169.676 violações<sup>8</sup> envolvendo a violência doméstica contra as mulheres. Vale salientar que esses dados se referem somente às mulheres que denunciaram, o

---

<sup>7</sup> Os dados se referem à violência doméstica ou familiar contra mulheres brasileiras até a primeira semana de julho de 2022.

<sup>8</sup> Vale esclarecer que o número de casos de violações aos direitos humanos de mulheres é superior ao número de denúncias recebidas, pois uma única denúncia pode conter mais de uma violação de direitos humanos.

que, na prática, significa que o número é maior, já que muitas apresentam diversos motivos para não prosseguirem com as queixas. Constatou-se também que 70% das vítimas de feminicídio no Brasil sequer passam pelas redes de proteção oferecidas (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2022).

Extrapolando os limites do espaço acadêmico e reconhecendo a existência de dificuldades para a efetivação dos direitos das mulheres, o Maria da Penha nas Escolas busca uma troca de saberes sobre o tema nas salas de aula do ensino fundamental, almejando que a luta ganhe prosseguimento e vigor.

Assim, o foco do projeto Maria da Penha nas Escolas encontra-se na disseminação de soluções participativas para um problema grave: a violência doméstica. Compreende-se que essa problemática está inserida dentro de uma demanda por educação e por direitos. Sendo assim, busca-se a solução a partir de um mecanismo que permita uma apropriação do saber jurídico pelo público-alvo do projeto, além de um questionamento mais amplo sobre a própria educação dentro de uma sociedade patriarcal. Isso porque os ditames do patriarcado também perpassam os processos educacionais das mulheres e dos homens, podendo afetar o modo como os sujeitos comportam-se e falam, construindo símbolos e estereótipos bem como influenciando o tratamento das mulheres nos espaços públicos e privados.

Vale destacar que a ação vai ao encontro da demanda do município de Macaé, onde, em 2017, foi aprovada a Lei Municipal nº 4.378/2017 que “Dispõe sobre a inclusão da temática contra a violência às mulheres e meninas no currículo escolar das escolas municipais” (Macaé, 2017). Em âmbito federal, essa obrigatoriedade foi estabelecida recentemente, com a Lei nº 14.164/2021 que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher” (Brasil, 2021).

A ação extensionista em estudo encontra-se plenamente alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que fazem parte da Agenda 2030

da Organização das Nações Unidas (ONU), em especial no que se refere ao objetivo 4 (educação de qualidade) e ao objetivo 5 (igualdade de gênero).

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atender às vinte escolas municipais vinculadas ao projeto, visitas são previamente agendadas e contam com uma equipe de discentes do curso de Direito da UFF, de assistentes sociais da Secretaria de Educação de Macaé e de profissionais do Centro Especializado em Atendimento à Mulher da cidade. Antes mesmo das visitas às escolas, a equipe reúne-se para as atualizações do material e dos métodos, buscando sempre maneiras de possibilitar que o diálogo com as turmas ocorra de uma maneira natural e lúdica. Com o intuito de aproximar o público do tema e facilitar a percepção de que os ideais misóginos encontram-se de forma naturalizada nas mais diversas esferas, o projeto utiliza variadas ferramentas como a apresentação de slides, debates de notícias de casos de violência doméstica, estatísticas e materiais derivados da cultura popular (músicas, vídeos etc.).

Para além do conteúdo puramente teórico, os discentes são convidados a participar da discussão de casos reais, inclusive daqueles ocorridos no município e nas proximidades, que geralmente são de seu conhecimento, mas não devidamente problematizados, a partir de um olhar crítico. Encorajados(as) a compartilhar suas percepções pessoais, os(as) adolescentes aprofundam-se em uma discussão encaminhada por eles(as), de maneira a culminar em um diálogo democrático e esclarecedor acerca dos direitos das mulheres, das relações de gênero e da violência doméstica.

Ao final da exposição e dos debates, realiza-se uma dinâmica interativa. Os discentes recebem uma folha de papel e são orientados a avaliar a ação feita e a escrever sugestões visando melhorar o projeto. Dessa maneira, muitos(as) estudantes, além de tecerem comentários elogiosos e críticas construtivas, também se sentem confortáveis para descrever uma situação de violência que sofreram ou que puderam observar de perto. Nesses casos, a equipe conta com o suporte das profissionais de assistência social da SEMED, que adotam as providências cabíveis.

Nas dinâmicas de encerramento, observa-se que existe um *feedback* positivo por parte dos discentes da rede municipal em relação à ação extensionista, sendo destacada a importância do projeto para a conscientização social. Também encaminham sugestões de temáticas importantes para serem abordadas em uma futura volta à escola.

**Figura 1** – Ação Extensionista em Escola Municipal de Macaé (RJ)



Fonte: Arquivo do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito das Mulheres (2023).

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

O projeto Maria da Penha nas Escolas prevê uma metodologia aprimorada a partir da interação da Universidade com a população, na medida em que transforma o público-alvo em protagonista, permitindo que ele assuma o processo de mudança. Partindo de uma perspectiva de Educação Jurídica Popular, o Projeto visa articular o conhecimento produzido academicamente com aquele produzido pela comunidade, compreendendo que a extensão não pode ser algo imposto verticalmente, mas sim uma troca de saberes. Dessa forma, a ação pretende reforçar o intercâmbio entre saber sistematizado e saber popular (Freire, 1983).

Além da adoção da metodologia da Educação Jurídica Popular, opta-se no projeto pela perspectiva de gênero, tendo em vista que os valores patriarcais de dominação do gênero feminino pelo masculino expressam-se como um poder exercido por meio de complexos mecanismos de controle social, que oprimem e marginalizam as mulheres. Sendo um dos aspectos centrais da cultura patriarcal, a violência contra a mulher manifesta-se, principalmente, no âmbito das relações privadas. Assim, mulheres e crianças estão, geralmente, na posição mais fraca, sem meios de reação efetiva (Sabadell, 2017).

A ação extensionista aproxima-se também da linha de pensamento do projeto O Direito Achado na Rua, realizado desde a década de 80 na Universidade de Brasília (UnB) e tem como objetivo a luta por justiça e por direitos, a partir de uma reflexão que emana da própria práxis social. Essa abordagem visa superar a separação entre teoria e prática, compreendendo que uma não pode existir sem a outra. Outro elemento fundamental desta perspectiva é a interdisciplinaridade, rejeitando-se a visão hierarquizada e compartimentada dos saberes disciplinares (Sousa Junior; Apostolova; Fonseca, 2011).

Com as linhas de diálogo estabelecidas, procura-se criar um ambiente receptivo o suficiente para que haja uma participação crescente dos alunos na construção de ideias que transcendam as raízes patriarcais nas quais a sociedade encontra-se fundada, oferecendo não só ferramentas para suporte daquelas pessoas que possam se encontrar diante de situações de violência, mas também explicitando maneiras de difundir as informações para além de um espaço limitado. Assim, a ideia é que os estudantes possam se tornar multiplicadores dos saberes trocados, podendo, assim, informar outras pessoas acerca dessa temática e de seus efeitos.

**Figura 2** – Ação Extensionista em Escola Municipal de Macaé (RJ)

Fonte: Arquivo do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito das Mulheres (2023).

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A equipe multidisciplinar, sobretudo as estudantes extensionistas da UFF, é exposta a cenários que exigem resiliência e adaptação, seja pela necessidade de deixar de lado os vocábulos rebuscados adquiridos ao longo da formação jurídica, seja por encarar dentro dos limites das escolas uma situação que, muitas vezes, foge do habitual e do contexto social em que está inserida.

Assim, adquirindo conhecimentos que vão além do que é determinado pela grade curricular obrigatória do curso de Direito, a cada semestre novas alunas juntam-se ao grupo, contribuindo para o desenvolvimento de um pensamento ainda mais crítico, para a habilidade de se comunicar com os mais diversos públicos, entender suas demandas e convertê-las em combustível para o crescimento mútuo e transformador.

**Figura 3** – Extensionistas do NUPEDIM em preparação para a atividade



Fonte: Arquivo do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Direito das Mulheres (2023).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência tem sido enriquecedora para a equipe executora, apesar do desafio de desenvolver ações no âmbito de uma temática tão sensível, o que exige uma constante avaliação do projeto e o aprimoramento dos métodos.

O projeto Maria da Penha nas Escolas mostra-se como um importante instrumento de ligação entre a universidade e a comunidade macaense, na medida em que permite não apenas as trocas com os(as) estudantes do ensino fundamental, público-alvo da ação, mas também possibilita o intercâmbio com a rede de proteção à mulher vítima de violência doméstica em Macaé, fomentando parcerias em outras ações do NUPEDIM e fortalecendo as lutas pelos direitos das mulheres.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. DOU, Brasília, 10 jun. 2021. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/Lei/L14164.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14164.htm). Acesso em: 5 ago. 2023.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MACAÉ. **Lei n° 4.378, de 17 de julho de 2017**. Dispõe sobre a inclusão da temática contra a violência às mulheres e meninas no currículo escolar das escolas municipais. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, [2017]. Disponível em: <https://transparencia.cmmacaee.rj.gov.br/leis/2213>. Acesso em: 5 ago. 2023.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. **Brasil tem mais de 31 mil denúncias de violência doméstica ou familiar contra as mulheres até julho de 2022**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2022/eleicoes-2022-periodo-eleitoral/brasil-tem-mais-de-31-mil-denuncias-violencia-contras-mulheres-no-contexto-de-violencia-domestica-ou-familiar>. Acesso em: 5 ago. 2023.

SABADELL, Ana Lúcia. **Manual de Sociologia Jurídica: introdução a uma leitura externa do direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Livia Gimenes Dias da (org.). **Introdução crítica ao direito das mulheres**. Brasília: CEAD, FUB, 2011. (O Direito Achado na Rua, v. 5).

Trabalho submetido em: 6 fev. 2023.

Aceito em: 20 fev. 2024.

 UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CARIRI  
PROEX – Pró-Reitoria de Extensão

Av. Tenente Raimundo Rocha nº 1639  
Bairro Cidade Universitária - Juazeiro do  
Norte - Ceará - CEP 63048-080

 ufca.edu.br



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

 **entreações**  
diálogos em extensão

 proex.ufca.edu.br

 periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/entreacoes

 +55 (88) 3221-9286

e-ISSN 2675-5335